

Reagregando o social

Uma introdução à
Teoria do Ator-Rede

Bruno Latour

Tradução de
Gilson César Cardoso de Sousa

EDUFBA - EDUSC
Salvador - Bauru
2012

SUMÁRIO

11	APRESENTAÇÃO
17	INTRODUÇÃO: COMO RETOMAR A TAREFA DE DESCOBRIR ASSOCIAÇÕES
	PARTE I
	COMO DESDOBRAR CONTROVÉRSIAS SOBRE O MUNDO SOCIAL
41	<i>Introdução à Parte I: Como Se Alimentar de Controvérsias</i>
49	<i>Primeira Fonte de Incerteza: Não Há Grupos, Apenas Formação de Grupos</i>
71	<i>Segunda Fonte de Incerteza: A Ação É Assumida</i>
97	<i>Terceira Fonte de Incerteza: Os Objetos Também Agem</i>
129	<i>Quarta Fonte de Incerteza: Questão de Fato vs. Questão de Interesse</i>
179	<i>Quinta Fonte de Incerteza: Escrever Relatos de Risco</i>
205	<i>Da Dificuldade de Ser um ANT: Interlúdio na Forma de Diálogo</i>
	PARTE II
	COMO TORNAR AS ASSOCIAÇÕES NOVAMENTE RASTREÁVEIS
229	<i>Introdução à Parte II: Por Que É Tão Difícil Rastrear o Social</i>
239	<i>Como Manter o Social Plano</i>
251	<i>Primeiro Movimento: Localizando o Global</i>
277	<i>Segundo Movimento: Redistribuindo o Local</i>
315	<i>Terceiro Movimento: Conectores</i>
351	<i>Conclusão: Da Sociedade ao Coletivo – O Social Pode Ser Reagregado?</i>
373	REFERÊNCIAS

TERCEIRA FONTE DE INCERTEZA: OS OBJETOS TAMBÉM AGEM

Se a sociologia, desde o início, ficou marcada pela descoberta de que uma ação é assumida por outras, mais marcada ficou pela constatação ética, política e empírica de que existem hierarquias, assimetrias e desigualdades; de que o mundo social é uma paisagem tão variada quanto um terreno irregular e montanhoso; de que nenhum grau de entusiasmo, livre-arbítrio ou engenhosidade pode eliminar tais assimetrias; de que todas elas pesam tanto quanto pirâmides, embaraçando a ação individual e explicando por que a sociedade deve ser considerada uma entidade *sui generis*; de que o pensador obstinado em negar essas desigualdades e diferenças é crédulo ou reacionário; e, finalmente, de que ignorar a assimetria social soa tão ridículo quanto garantir que a gravitação newtoniana não existe.

Como permaneceremos fiéis a essa intuição sustentando, conforme fiz no caso das duas primeiras fontes de incerteza, que grupos estão sendo “constantemente” formados e ações “incessantemente” debatidas? A escolha desses dois pontos de partida não terá sido inspirada por uma atitude ingênua que transformou o domínio social gritantemente irregular num campo plano onde, segundo parece, qualquer um tem a mesma chance de conceber sua própria metafísica? Não será a ANT um dos sintomas desse espírito de mercado sempre pronto a assegurar que todos têm a mesma oportunidade

– e ai dos vencidos?⁷⁰ “E que foi feito”, poderiam resmungar as pessoas, “do poder e da dominação?” Mas justamente pelo fato de querermos *explicar* essas assimetrias é que não iremos simplesmente *repeti-las* – e muito menos *transportá-las* sem modificação alguma. De novo, não desejamos confundir a causa com o efeito, o *explanandum* com o *explanans*. Por isso é tão importante sustentar que o poder, como a sociedade, constitui o resultado final de um processo e não um reservatório, um estoque ou um capital capaz de fornecer automaticamente uma explicação. Dominação e poder precisam ser produzidos, feitos, compostos.⁷¹ Não há como negar que as assimetrias existem; mas de onde vêm e de que são constituídas?

Para obter uma resposta, os sociólogos de associações devem tomar a mesma decisão radical que tomaram quando insistiram em se nutrir da segunda fonte de incerteza. Foi *porque* quiseram manter a intuição original das ciências sociais que precisaram *rejeitar* inapelavelmente a solução impossível de que a sociedade é desigual e hierárquica; de que exerce um peso desproporcional em algumas partes; e de que tem todas as características da inércia. Dizer que a dominação viola corpos e almas é uma coisa; ao passo que concluir que hierarquias, dissimetrias, inércia, poderes e crueldades são compostos *de* material social é um argumento totalmente diferente. O segundo ponto não apresenta continuidade lógica com o primeiro e além de tudo está, como veremos, em absoluta contradição com ele. Da mesma maneira que a assunção de uma ação por outra não significa que a sociedade esteja se impondo, a flagrante assimetria de recursos não

70 Em Luc Boltanski e Eve Chiapello (2005), *The New Spirit of Capitalism*, os autores explicitaram bem sua crítica à ANI, como no mordaz ataque em Philip Morowski e Edward Nik-Khan (2004), *Markets Made Flesh: Callon, Performativity, and a Crisis in Science Studies, Augmented with Consideration of the FCC Auctions*. Teremos de aguardar a Conclusão para abordar o problema da relevância política e responder a essas críticas.

71 Ver John Law (1986a), *On Power and Its Tactics: A View from the Sociology of Science*, e John Law (1992), *A Sociology of Monsters. Essays on Power, Technology and Domination*.

quer dizer que eles sejam gerados por assimetrias sociais. Este raciocínio leva precisamente à conclusão oposta: se desigualdades são geradas, então outros tipos de atores que não os sociais entram no jogo. Tal como fez Marx com a dialética de Hegel, já é hora de resgatarmos a explicação social.

O NÚMERO DE ATORES EM JOGO DEVE SER AUMENTADO

Até agora, enfatizei bastante a diferença entre “social”, como em “vínculos sociais”, e “social” como em “associações” – tendo em mente que a segunda acepção está mais perto da etimologia original. Mostrei que muitas vezes, nas ciências sociais, “social” designa um tipo de vínculo: é o nome de um domínio específico, um material como palha, barro, corda, madeira ou aço. Em princípio, você poderia percorrer um supermercado imaginário e estacar diante de uma gôndola cheia de “vínculos sociais”, com outras alas exibindo conexões “materiais”, “biológicas”, “psicológicas” e “econômicas”. Para a ANI, como agora já sabemos, a definição do termo é outra: não designa um domínio da realidade ou um item especial; é antes o nome de um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro. É uma associação entre entidades de modo algum reconhecíveis como sociais no sentido corriqueiro, *exceto* durante o curto instante em que se confundem. Retomando a metáfora do supermercado, chamaremos de “social” não uma gôndola ou ala específica, mas as várias modificações feitas no lugar para exibir os produtos – embalá-los, etiquetá-los, colocar-lhes preço – porque essas pequenas alterações revelam ao observador quais combinações novas foram exploradas e que caminhos serão seguidos (aquilo que, mais tarde, definiremos como “rede”).⁷² Assim, para

72 Para a noção de ajustamento, ver Franck Cochoy (2002), *Une Sociologie du Packaging ou l'Âne de Buridan Face au Marché*.

a ANT, social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas.⁷³

Uma vez estabelecido esse segundo significado do social como associação, podemos perceber o que confunde tanto os sociólogos do social. Eles usam o adjetivo para designar dois tipos de fenômeno inteiramente diversos: um são as interações locais, diretas, nuas, despojadas e dinâmicas; o outro é uma força específica que se supõe apta a esclarecer como essas mesmas interações temporárias e diretas podem ter tamanho alcance e ser tão duradouras. É perfeitamente razoável designar, por “social”, o fenômeno ubíquo das relações diretas, mas não definir uma força “social” que não passa de uma tautologia, uma prestidigitação, uma invocação mágica, pois coloca em causa como e por quais meios esse aumento de durabilidade foi obtido na prática. Saltar do reconhecimento das interações para a existência de uma força social é, repetimos, uma inferência que não decorre da premissa.

Esta distinção é crucial, pois as chamadas habilidades sociais básicas são mesmo difíceis de isolar nas sociedades humanas. Como veremos na Parte II ao debater a noção de “interações locais”, é sobretudo em sociedades não humanas (formigas, macacos, abelhas) que se torna possível engendrar um mundo social entendido como uma rede de interações. Nas sociedades humanas, as habilidades sociais básicas, embora ainda presentes, oferecem um repertório constante, mas ainda assim restrito. Muitas das associações duradouras e de longo alcance são constituídas por algo que não pode ser detectado enquanto não se examina a noção de força social. No caso da ANT, cumpre inserir a primeira definição numa esfera bastante limitada e descartar a segunda, usando-a apenas como uma es-

73 O termo “fluido” foi introduzido em Annemarie Mol e John Law (1994), *Regions, Networks, and Fluids: Anaemia and Social Topology*. Mas ver também Zygmunt Bauman (2000), *Liquid Modernity*. A palavra “fluido” permite aos analistas enfatizarem mais a circulação e a natureza da coisa transportada do que se empregassem “rede”.

pécie de recurso taquigráfico para descrever aquilo que já foi aglutinado.⁷⁴ Em suma: não se pode afirmar nunca que um vínculo é durável e constituído de material social.

A grande vantagem de esquecer a noção de força social e substituí-la por interações breves ou novas associações é a possibilidade de distinguir, no conceito misto de sociedade, o que pertence à sua duração e o que pertence à sua substância.⁷⁵ Sim, devem existir vínculos duráveis, mas isso não é prova de que sejam constituídos de material social – bem ao contrário. Agora já podemos trazer para o primeiro plano os meios práticos de preservar os laços, a engenhosidade constantemente investida na busca de outras fontes de vínculos e o preço a ser pago pela extensão de uma interação qualquer.

Se considerarmos as habilidades sociais básicas, é fácil entender que as conexões tecidas por eles são sempre fracas demais para arcar com o peso atribuído pelos teóricos sociais à sua definição de social. Abandonada aos próprios recursos, uma relação de poder que apenas mobilizasse habilidades sociais ficaria limitada a interações muito breves, muito passageiras. Mas onde já se observou semelhante situação? Mesmo os bandos de babuínos, embora mais próximos do mundo ideal inventado por vários teóricos sociais, não podem fornecer um exemplo tão extremo. Como observaram Hobbes e Rousseau há muito tempo, nenhum gigante é forte o bastante para não ser dominado durante o sono por um anão; nenhuma coalizão é suficientemente sólida para não ser engolfada por outra ainda maior. Quando o poder é exercido duradouramente, isso ocorre porque não é feito de laços sociais; quando precisa confiar unicamente em laços

74 Para uma antiga apresentação desse argumento, ver Strum e Latour, *The Meanings of Social*.

75 Na complexa noção de natureza, pude distinguir a realidade exterior da unidade: as duas coisas não vão juntas, apesar de tanta filosofia (ver Latour, *Politics of Nature*). O mesmo se aplica à sociedade: o caráter durável não se refere à sua materialidade, apenas a seu movimento.

sociais, não dura muito. Assim, quando os cientistas sociais apelam para os “vínculos sociais”, pressupõem algo que só com grande dificuldade se desdobra no tempo e no espaço, que não é inerte e deve ser incessantemente renegociado. Justamente por ser muito difícil preservar assimetrias, entreter de maneira durável relações sociais e consolidar desigualdades é que tanto esforço se investe na tarefa de substituir laços frágeis e decadentes por laços de *outros tipos*. Se o mundo social fosse constituído de interações locais, conservaria certo aspecto provisório, instável e caótico, nunca essa paisagem amplamente diferenciada que o recurso ao poder e à dominação procura explicar.

Caso a distinção entre habilidades sociais básicas e meios não sociais mobilizados para ampliá-las não seja cuidadosamente preservada, os analistas correrão o risco de acreditar que a explicação será fornecida pela invocação de forças sociais. Os sociólogos talvez aleguem que, quando apelam para a durabilidade dos vínculos sociais, enfatizam algo que de fato é durável, sólido e inerte. E argumentam: “sociedade”, “norma social”, “leis sociais”, “estruturas”, “costumes sociais”, “cultura”, “regras” etc. possuem consistência suficiente para justificar o modo como dominam a todos nós e a paisagem irregular em que labutamos. Esta é, sem dúvida, uma solução conveniente, mas não explica de onde vem a “consistência” que reforça as conexões frágeis das habilidades sociais. Os sociólogos, num gesto leviano, podem enveredar pelo caminho errado e garantir que durabilidade, solidez e inércia se devem à inércia, solidez e durabilidade da própria sociedade. Podem até ir além e tomar essa tautologia não como a mais absoluta das contradições, mas como aquilo que mais se deve admirar na força miraculosa de uma sociedade, em suas palavras, *sui generis* – ou seja, gerada de si mesma.⁷⁶

Ainda que essa maneira de falar seja por demais inócua quando tomada como uma espécie de recurso taquigráfico para descrever o que

76 Cornelius Castoradis (1998), *The Imaginary Institution of Society*, leva a falácia ainda mais longe, tomando a tautologia em si como a base imaginária da sociedade. No entanto, uma vez aceita essa base, já não há meio de detectar a composição do social.

já está aglutinado, as consequências de tal argumento são desastrosas. É grande a tentação de agir como se existisse uma força extraordinária capaz de enriquecer as assimetrias breves com a duração e a amplitude que as habilidades sociais não podem produzir por seu próprio esforço. Nesta altura, causas e efeitos se invertem e os meios de aglutinar o social desaparecem de vista. O que começou como mera confusão de adjetivos tornou-se um projeto bem diferente: a este mundo básico juntou-se um outro tão inabordável quanto o céu da antiga teologia cristã – exceto pelo fato de não acenar com nenhuma esperança de redenção.

Seriam os sociólogos do social ingênuos a ponto de não perceber uma tautologia tão óbvia em seu raciocínio? Estariam mesmo apegados à crença mítica num outro mundo por trás do real? Acreditariam realmente nesse estranho *tour de force* de uma sociedade nascida de si mesma?⁷⁷ Claro que não, pois nunca transferem isso para a prática e, portanto, nunca enfrentam a contradição inerente ao conceito de uma sociedade “autoproduzida”. O motivo pelo qual jamais percebem a ilogicidade de seu argumento é que o empregam um tanto livremente. Quando invocam o caráter duradouro de certos agregados sociais, atribuem sempre, voluntariamente ou não, todo o peso das outras coisas não sociais aos frágeis laços da sociedade. São sempre as coisas – tomadas no sentido literal – que, na prática, transmitem sua “consistência” à frágil “sociedade”. De fato, o que os sociólogos entendem por “poder da sociedade” não é a sociedade em si – isso seria magia pura –, mas algum tipo de generalização para todas as entidades já mobilizadas no intuito de perpetuar as assimetrias.⁷⁸ Essa generalização não é tautológica, mas perigosamente enganadora porque não existe nenhum meio empírico de saber como todo esse material foi mobi-

77 O *tour de force* é tomado como uma característica do social. Ver Barry Barnes (1983), *Social Life as Bootstrapped Induction*.

78 Na Parte II, veremos que essa tautologia é a presença oculta do Corpo Político: a relação paradoxal entre o cidadão e a República contaminou de todo a relação inteiramente diversa entre o ator e o sistema – ver p. 200.

lizado – e, pior ainda, não há maneira de descobrir se essa carga continua ativa. A ideia de sociedade tornou-se, nas mãos dos “explicadores sociais” de última hora, uma espécie de cargueiro gigantesco que não recebe nenhum inspetor a bordo e permite aos cientistas sociais contrabandear mercadorias através de fronteiras nacionais sem necessidade de controle por parte da alfândega. O cargueiro está vazio ou cheio, em bom estado ou enferrujado, seguro ou perigoso, novo ou desativado? É o que todos perguntam, como perguntam também se existem armas de destruição em massa no Iraque de Saddam Hussein.

A solução da ANT não é envolver-se em polêmicas contra os sociólogos do social, mas simplesmente multiplicar as oportunidades de perceber rapidamente a contradição em que possam ter incidido. É a única maneira delicada de forçar os sociólogos a, mais uma vez, esclarecer os meios não sociais que mobilizam quando invocam o poder das explicações sociais.⁷⁹ A ANT insiste em fazer a seguinte pergunta: por qual motivo os sociólogos, sobrecarregando os vínculos sociais para lhes dar um peso que garanta sua durabilidade e extensão, fazem isso disfarçadamente e não às claras? Seu lema “Siga os atores” se torna “Siga os atores enquanto enveredam pelo meio das coisas que acrescentaram às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança”.

É aqui se que torna patente o verdadeiro contraste entre sociologia de associações e sociologia *do social*. Até agora, posso ter exagerado as diferenças entre os dois pontos de vista. Afinal, muitas escolas de ciências sociais aceitam as duas primeiras incertezas como ponto de partida (principalmente a antropologia, que é outro nome para a metafísica empírica, e, é claro, a etnometodologia). Mesmo a multiplicação de controvérsias não altera radicalmente o tipo de fenômenos que procuram

79 Importante nos estudos de organizações, sempre que o grande animal estiver implícito tautologicamente, é a busca dos relatos, dos documentos, da circulação de formas. Ver Barbara Czarniawska (1997), *A Narrative Approach to Organization Studies*; Cooren, James R. Taylor (1993), *Rethinking the Theory of Organizational Communication: How to Read an Organization*.

estudar, apenas agrava a dificuldade de listá-los. Mas agora o abismo se alargará consideravelmente porque, de antemão, não limitaremos a um pequeno repertório aquilo de que os atores precisam para gerar assimetrias sociais. Ao contrário, aceitaremos, como atores completos, entidades que foram explicitamente *banidas* da existência coletiva por mais de um século de explicações sociais. As razões são de duas naturezas: a primeira é que as habilidades sociais básicas fornecem apenas um minúsculo subconjunto das associações formadoras da sociedade; a segunda é que o suprimento de força aparentemente implícito na invocação de um vínculo social constitui, no melhor dos casos, um recurso conveniente e, no pior, uma simples tautologia.

OS BABUÍNOS DE SHIRLEY STRUM

Para entender o vínculo entre as habilidades sociais básicas e o conceito de sociedade, faz-se necessária uma incursão pelo estudo dos primatas e babuínos. Evocando o primeiro seminário sobre estudos de babuínos que organizou em 1978 num castelo perto de Nova York, Shirley Strum (1987 p. 157-58) escreveu:

Bem sei que minha obra pintou um quadro das sociedades de babuínos que outros acharão difícil de aceitar. Minha descoberta chocante foi que os machos não possuem uma hierarquia de comando; que os babuínos desenvolvem estratégias sociais; que a fêmea triunfa da força; que a habilidade e a reciprocidade social vêm antes da agressão. Isso é o princípio de uma política sexual em que machos e fêmeas trocam favores. Ao que tudo indica, os babuínos têm de trabalhar duro para criar seu mundo social, e a maneira como o criam os faz parecer “melhores” que os homens. Precisam uns dos outros para sobreviver no nível mais básico – proteção e vantagem que a vida em grupo oferece ao indivíduo – e também no mais sofisticado, cujas características são as estratégias sociais de competição e defesa. Pareceram-me “melhores”, ainda, porque ao contrário dos humanos nenhum membro da Pumphouse [nome do grupo] era capaz de monopolizar os recursos essenciais: cada babuíno obtinha seu próprio alimento, água e lugar à sombra, cuidando de suas necessidades de sobrevivência elementares.

A agressão podia ser usada para a coerção, mas era contida. Aparência, proximidade, boa vontade social e cooperação constituíam os únicos recursos disponíveis para negociar ou prevalecer sobre outro membro. E eram, todos, aspectos da “bondade” – convívio, não agressão. Os babuínos eram “bons” uns com os outros porque esse comportamento importava tanto para sua sobrevivência quanto a respiração ou a comida. O que descobri foi um quadro novo e revolucionário da sociedade babuína. Revolucionário, na verdade, para *qualquer* sociedade animal já descrita. As implicações podem ser consideradas surpreendentes. Aventurei que a agressão não era uma influência tão comum e decisiva na evolução quanto se pensava e que as estratégias e a reciprocidade sociais contavam muito. Ora, se os babuínos as possuem, então os precursores de nossos remotos ancestrais humanos as possuíam também.

Os sociólogos, caso tivessem o privilégio de observar mais cuidadosamente os babuínos reparando sua “estrutura social” em constante decomposição, veriam quão caro se paga quando o trabalho consiste em manter, por exemplo, o domínio social sem *nada* a não ser as habilidades sociais. Documentariam empiricamente o preço da tautologia “vínculos sociais feitos de vínculos sociais”.⁸⁰ O poder exercido por intermédio de entidades é que não dorme nunca e as associações sólidas é que permitem ao poder durar e expandir-se mais – contudo, para realizar esse feito, muitos outros elementos além das compactações sociais precisam ser descobertos. A sociologia do social não é inútil: apenas pode ser muito boa para estudar babuínos, mas não humanos.

FAZER COM QUE OBJETOS PARTICIPEM DO CURSO DA AÇÃO

O contraste entre as duas escolas não poderia ser mais gritante. Tão logo você passe a ter dúvidas quanto à capacidade dos vínculos sociais de

80 Ver Hans Kummer (1995), *In Quest of the Sacred Baboon*, para a noção-chave de “ferramentas sociais” sobre babuínos sagrados.

expandir-se duradouramente, um papel viável para os objetos começa a esboçar-se.⁸¹ Se supuser que os agregados sociais conseguem sustentar seu próprio ser engendrado por “forças sociais”, os objetos se desvanecem e a força mágica, tautológica da sociedade basta para manter *todas* as coisas *sem nada* – literalmente. É difícil imaginar uma inversão primeiro plano/segundo plano mais contundente, uma mudança de paradigma mais radical. Por esse motivo, sem dúvida, a ANT logo chamou a atenção.⁸²

A ação social não apenas é assumida por estranhos como se transfere ou é delegada a diferentes tipos de atores capazes de levá-la adiante graças a outros modos de agir, a outros tipos de forças.⁸³ À primeira vista, repor objetos no curso normal de ação pode parecer inócuo. Afinal de contas, nem se duvida que panelas “fervam” água, que facas “cortem” carne, que cestos “guardem” comida, que martelos “preguem” pregos, que grades “impeçam” crianças de cair, que fechaduras “tranquem” portas para barrar visitantes indesejados, que sabão “lave” sujeira, que horários “determinem” início de aulas, que etiquetas de preço “ajudem” pessoas a calcular e assim por diante. Esses verbos não designam ações? O que a introdução dessas atividades humildes, prosaicas e corriqueiras tratá de novo para um cientista social?

No entanto, traz. O motivo pelo qual os objetos não tinham oportunidade de desempenhar papéis antes não se devia unicamente à definição

81 “Objeto” será usado como substituto até o próximo capítulo, onde será definido como “assunto de importância”. Não há meio de apressar as coisas porque a ANT é definida, neste livro, pela apresentação sucessiva das cinco fontes de incerteza.

82 Não pode ser entendida sem as outras duas incertezas quanto a grupos e ação. Sem elas, a ANT fica imediatamente reduzida a um argumento insignificante sobre a ação causal de objetos técnicos, o que é sem dúvida um retrocesso ao determinismo técnico.

83 Para que o verbo “delegar” funcione, é preciso ter em mente a teoria ANT da ação, ou seja, o modo como alguém induz alguém a fazer coisas. Se esse deslocamento passa despercebido, a delegação se torna outra relação causal e a ressurreição de um *Homo faber* no pleno comando daquilo que ele – é quase sempre um “ele” – produz com ferramentas.

do social usada pelos sociólogos, mas também à própria definição de atores e ações geralmente escolhida. Se a ação se limita ao que os humanos fazem de maneira “intencional” ou “significativa”, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, um tapete, uma caneca, um horário ou uma etiqueta possam agir. Talvez existam no domínio das relações “materiais” e “causais”, mas não na esfera “reflexiva” ou “simbólica” das relações sociais. Em contrapartida, se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, *qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença?

A resposta de senso comum seria um “sim” sonoro. Se você puder, com a maior tranquilidade, sustentar que pregar um prego com ou sem um martelo, ferver água com ou sem uma panela, transportar comida com ou sem um cesto, andar na rua com ou sem roupas, zappear a televisão com ou sem o controle remoto, parar um carro com ou sem o freio, fazer um inventário com ou sem uma lista, administrar uma empresa com ou sem a contabilidade são exatamente as mesmas atividades, que a introdução desses implementos comuns não muda nada “de importante” na realização de tarefas, então você está pronto para visitar a Terra Longínqua do Social e desaparecer daqui. Para todos os outros membros da sociedade esses implementos fazem muita diferença e são, pois, segundo nossa definição, atores – ou, mais exatamente, *partícipes* no curso da ação que aguarda figuração.

Isso, é claro, não significa que os partícipes “determinem” a ação, que os cestos “provoquem” o transporte de comida ou que os martelos “imponham” a inserção do prego. Essa inversão no rumo da influência funcionaria apenas como o meio de transformar os objetos nas causas cujos efeitos seriam conduzidos pela ação humana agora limitada ao papel de mero intermediário. Ao contrário, significa que devem existir inúmeros matizes metafísicos entre a causalidade plena e a inexistência absoluta. Além de “determinar” e servir de “pano de fundo” para a ação

humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, enfejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.⁸⁴ A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar” dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de *não humanos*. Essa expressão, como outras escolhidas pela ANT, não tem significado em si mesma. Não designa um domínio da realidade. Não se refere a duendes de gorro vermelho agindo nos níveis atômicos, mas somente àquilo que o analista estaria preparado para acolher a fim de explicar a durabilidade e a extensão de uma interação.⁸⁵ O projeto da ANT cifra-se em ampliar a lista e modificar as formas e figuras dos participantes reunidos, esboçando uma maneira de fazê-los agir como um todo durável.

Para os sociólogos de associações, o que é novo não é a multiplicidade de objetos mobilizados por um curso de ação ao longo do caminho – ninguém jamais negou que eles existam aos milhares. Novo é o fato de os objetos surgirem de súbito não apenas como atores completos, mas também como aquilo que explica a paisagem variegada pela qual começamos, os poderes supremos da sociedade, as notórias assimetrias, o rude exercício do poder. É dessa surpresa que os sociólogos de associações preferem

84 Por isso a noção de “concessão”, introduzida por James G. Gibson (1986), *The Ecological Approach to Visual Perception*, foi julgada tão útil. A multiplicidade dos modos de ação que dizem respeito à tecnologia – forte e fraca – é maravilhosamente captada por Suchman, *Plans and Situated Actions*, C. Goodwin e M. Goodwin (1996), *Formulating planes: Seeing as a situated activity*, e Bernard Conein, Nicolas Dodier e Laurent Thévenot (1993), *Les Objets dans l'Action. De la Maison au Laboratoire*.

85 Nota-se uma certa tendência antropocêntrica no uso da expressão *não humanos*. Já expliquei algures, em detalhe, que a dupla humano/não humano deve ser substituída pela insuperável dicotomia entre sujeito e objeto (ver Latour, *Politics of Nature*). Nenhuma outra acepção deve ser buscada nesse conceito, que não especifica um domínio ontológico, mas apenas faz as vezes de outra diferença conceitual. Para um panorama completo das relações humanos/não humanos, ver Philippe Descola (2005), *La Nature des Cultures*.

partir, em vez de considerar, como muitos de seus colegas, que a questão obviamente está encerrada, que os objetos não fazem coisa alguma sequer comparável ou mesmo *conectável* à ação social humana e que, se às vezes “expressam” relações de poder, “simbolizam” hierarquias sociais, “agravam” desigualdades sociais, “transportam” o poder social, “objetivam” a igualdade e “materializam” relações de gênero, não podem estar na origem da atividade social.

Um bom exemplo de definição assimétrica de atores está em Durkheim (1966: 113), que diz:

As origens remotas de qualquer processo social importante devem ser buscadas na constituição interna do grupo social [grifo no original].

Podemos ser ainda mais precisos. Os elementos que constituem esse meio são de dois tipos: coisas e pessoas. Além dos objetos materiais incorporados à sociedade, devem ser considerados os produtos de uma atividade social prévia: leis, costumes estabelecidos, obras literárias e artísticas etc. Mas, é claro, os impulsos que determinam as transformações sociais não provêm nem do material nem do imaterial, pois nenhum deles possui força motriz [*puissance motrice*]. Pode-se, sem dúvida, levá-los em conta nas explicações aventadas. Eles têm algum peso na evolução social, cuja velocidade e mesmo direção variam de acordo com a natureza desses elementos; mas não encerram nada do que é exigido para pô-la em movimento. São a matéria sobre a qual agem as forças sociais da sociedade; mas, por si próprias, não liberam nenhuma energia social [*aucune force vive*]. Como fator ativo, então, só o que permanece é o meio humano.

Isto, para mim, sempre constituiu uma grande surpresa: como é que, a despeito desse fenômeno formidável e ubíquo, a sociologia permaneceu “sem objeto”? Tudo fica ainda mais intrigante quando se considera que essa disciplina surgiu um século depois da Revolução Industrial e passou a evoluir paralelamente aos desenvolvimentos técnicos mais ambiciosos e intensivos desde o Neolítico. E ainda: como explicar que tantas ciências sociais teimem em considerar “significado social” *em vez de* “simples” relações materiais, “dimensão simbólica” *em vez de* “pura causalidade”? Bem à maneira do sexo na Era Vitoriana, os objetos nunca devem ser men-

cionados, mas sempre sentidos. Eles existem, naturalmente, mas não são alvo de pensamento, de pensamento social. Como servos humildes, vivem à margem do social, encarregando-se da maior parte do trabalho, e nunca são representados como tais. Parece não haver meio, veículo ou porta de entrada para inseri-los no tecido formado pelos outros laços sociais. Quanto mais os pensadores radicais insistem em atrair a atenção para os humanos nas margens e na periferia, menos citam objetos. Como se uma poderosa maldição houvesse sido lançada sobre as coisas, elas permanecem adormecidas como servos de um castelo encantado. No entanto, uma vez libertas do feitiço, começam a espreguiçar-se, a estirar-se, a balbuciar. Enxameiam então em todas as direções, sacudindo os atores humanos para despertá-los de seu sono dogmático. Seria muito pueril afirmar que a ANT desempenhou o papel do beijo do Príncipe Encantado aflorando os lábios da Bela Adormecida? De qualquer modo, por ser uma sociologia do objeto a serviço de humanos voltados para o objeto é que essa escola de pensamento foi primeiramente notada – justificando, assim, que se escreva uma introdução para ela.

SÓ DE MANEIRA INTERMITENTE OS OBJETOS AJUDAM A RASTREAR CONEXÕES SOCIAIS

É bem certo que, à primeira vista, a dificuldade de registrar o papel dos objetos deve-se à suposta *incomensurabilidade* de seus modos de ação em relação aos laços sociais tradicionalmente concebidos. Mas os sociólogos do social confundiram a natureza dessa incomensurabilidade. Concluíram que, sendo incomensuráveis, os modos de ação devem ficar separados dos legítimos laços sociais, sem perceber que caberia concluir exatamente o oposto: por serem incomensuráveis é que nós os invocamos! Se fossem tão fracos quanto as habilidades sociais que têm de reforçar, se fossem construídos do mesmo material, que ganharíamos com isso? Seria-

mos babuínos e babuínos permaneceríamos!⁸⁶

Sem dúvida, a pressão de um tijolo sobre outro tijolo, o giro de uma roda em seu eixo, a força de uma alavanca sobre o peso, a desaceleração promovida por uma polia, o efeito do fogo no fósforo, todos esses modos de ação parecem pertencer a categorias tão obviamente diversas daquela que um sinal de “pare” exerce sobre o ciclista ou a de um grupo sobre a mente individual, que talvez seja bastante razoável instalar entidades materiais e sociais em duas prateleiras separadas. Razoável, porém absurdo, quando se considera que qualquer curso *humano* de ação se funde em questão de segundos, como por exemplo: a ordem para assentar um tijolo, a ligação química do cimento com a água, a força de uma polia na corda graças ao movimento da mão, o riscar do fósforo para acender um cigarro oferecido por um colega de trabalho etc. Aqui, a divisão aparentemente razoável entre material e social transforma-se naquilo que ofusca a pesquisa sobre como é possível uma ação *coletiva* – se, é claro, não entendermos por coletivo uma ação encetada por forças sociais homogêneas, mas, ao contrário, uma ação que arregimenta diversos tipos de forças unidas por serem diferentes.⁸⁷ Assim, doravante, a palavra “coletivo” substituirá “sociedade”. Sociedade será apenas o conjunto de entidades já reunidas que, segundo os sociólogos do social, foram feitas de material social. Coletivo, por outro lado, designará o projeto de juntar novas entidades ainda não reunidas e que, por esse motivo, obviamente não são feitas de material social.

Todo curso de ação traçará uma trajetória em meio a modos de exis-

86 Eis o poder da síntese já superada, mas ainda bela, apresentada em André Leroi-Gourhan (1993), *Gesture and Speech*. Para uma visão mais atualizada, consultar Pierre Lemonnier (1993), *Technological Choices. Transformation in Material Cultures since the Neolithic*, e Bruno Latour e Pierre Lemonnier (1994), *De la Préhistoire aux Missiles Balistiques – L'Intelligence Sociale des Techniques*.

87 É o que estava em causa na disputa a respeito do papel exato dos não humanos, conhecida como a “Controvérsia de Bath”. Ver Harry Collins e Steven Yearley (1992), *Epistemological Chicken*, e Michel Callon e Bruno Latour (1992), *Don't Throw the Baby out with the Bath School! A Reply to Collins and Yearley* – um pequeno marco em nosso pequeno campo.

tência completamente estranhos, arregimentados por essa heterogeneidade. A inércia social e a gravidade física talvez pareçam desconexas, mas não precisam sê-lo quando uma equipe de trabalhadores constrói uma parede de tijolos: só se separarão de novo *depois* que a parede estiver terminada. Mas, durante a construção, não resta dúvida de que estão conectadas. Como? A pesquisa responderá. A ANT sustenta que não devemos supor encerrada a questão em torno das conexões de atores heterogêneos, que o chamado “social” tem, muito provavelmente, algo a ver com a reunião de novos tipos de atores. Segundo a ANT, se quisermos ser um pouquinho mais realistas, em relação aos vínculos sociais, que os sociólogos “razoáveis”, teremos de aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras.

Para entender bem a ANT, tenha-se em mente que ela não pressupõe uma “reconciliação” da famosa dicotomia objeto/sujeito. Distinguir vínculos “materiais” e “sociais” *a priori*, antes de religá-los, faz tanto sentido quanto captar a dinâmica de uma batalha imaginando um pelotão de soldados e oficiais completamente nus, de posse de uma tremenda parafernália – tanques, fuzis, mapas e uniformes – e alegando que, “sem dúvida, existe uma relação (dialética) entre as duas coisas”.⁸⁸ A resposta seria um sonoro “não”. Não há relação alguma entre o “mundo material” e o “mundo social” justamente porque essa divisão é um completo artefato.⁸⁹

88 Ver Diane Vaughan (1996, p. 40), *The Challenger Launch Decision: Risky Technology, Culture and Deviance at NASA*. “Mas eu acreditava que, com uma imersão suficiente nos materiais e consultas a especialistas técnicos, poderia dominar suficientemente os detalhes técnicos necessários para abordar questões sociológicas. Afinal, queria explicar o comportamento humano e fora educado para isso”. Essa postura é razoável, mas talvez não a melhor maneira de seguir um curso de ação como este: “Aproximadamente às 7h00, a equipe inspecionou pela segunda vez a plataforma. Com base em seu relatório, a hora do lançamento foi adiada para permitir uma terceira inspeção” (p. 328). Onde está a separação, aqui, entre engenharia e sociologia?

89 Os psicólogos já demonstraram que mesmo um bebê de dois meses consegue dis-

Repelir semelhante divisão não é “relacionar” soldados nus “com” elementos materiais: é redistribuir o conjunto todo de alto a baixo e do começo ao fim. Não se pode falar num caso empírico quando a existência de *dois* agregados coerentes e homogêneos, por exemplo tecnologia “e” sociedade, façam algum sentido. A ANT não é – repito: não é – a criação de uma absurda “simetria entre humanos e não humanos”. Obter simetria, para nós, significa *não* impor *a priori* uma *assimetria* espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais. Existem divisões que não devemos ultrapassar, superar, reduzir dialeticamente. Elas precisam, isto sim, ser ignoradas e abandonadas a seus próprios recursos, como um castelo outrora formidável e hoje em ruínas.⁹⁰

Esse interesse pelo objeto não tem nada a ver com privilégios concedidos a matéria “objetiva” em detrimento de linguagem, símbolos, valores ou sentimentos “subjetivos”. Conforme veremos ao tratar da próxima fonte de incerteza, a “matéria” de muitos pretensos materialistas quase nunca diz respeito ao tipo de força, causalidade, eficácia e obstinação que os actantes não humanos possuem no mundo. “Matéria”, logo o veremos, é uma interpretação altamente politizada da causalidade. Para entender a terceira fonte de incerteza, precisamos indagar a respeito da ação de toda sorte de objetos. Mas, como estes desempenham um papel modesto e limitado na

tinguir claramente movimentos intencionais e não intencionais. Humanos e objetos são nitidamente diferenciados. Ver Olivier Houdé (1997), *Rationalité, Développement et Inhibition: Un Nouveau Cadre d'Analyse*, e Dan Sperber, David Premack e Ann James Premack (1996), *Causal Cognition: A Multidisciplinary Debate*. No entanto, uma diferença não é uma divisão. Os bebês são bem mais racionais que os humanistas: embora percebam as muitas diferenças entre bolas de bilhar e pessoas, isso não os impede de acompanhar o modo como suas ações se misturam nas *mesmas* histórias.

90 Por isso abandonei boa parte da metáfora geométrica sobre o “princípio de simetria” ao notar que os leitores concluiriam daí que natureza e sociedade têm de “permanecer juntas” para estudarmos “simetricamente” “objetos” e “sujeitos”, “não humanos” e “humanos”. No entanto, o que eu tinha em mente não era *e*, mas *nem*: uma *dissolução conjunta de ambos os coletores*. A última coisa que desejava era privilegiar natureza e sociedade, dotando-as de “simetria”.

maioria das ciências sociais, torna-se muito difícil estender sua atividade original a outros tipos de material como documentos, escritos, mapas, arquivos, grampeadores, listas, recursos organizacionais – em suma, tecnologias intelectuais.⁹¹ Desde que se devolva a não humanos um pouco de liberdade de movimento, o leque de agentes aptos a participar do curso da ação se amplia prodigiosamente e não mais se restringe aos “tecidos de tamanho médio” dos filósofos analíticos. A ANT é difícil de entender porque preenche justamente o espaço deixado vazio pelos sociólogos críticos com as cáusticas palavras “objetivação” e “reificação”.

Os sociólogos do social, porém, não são bobos. Têm lá seus motivos para hesitar em seguir o fluxo social aonde ele os queira conduzir. Bem difícil de entender, a princípio, é que um estudo da ANT tenha de lidar tanto com a continuidade quanto com a descontinuidade entre os modos de ação. Precisamos ser capazes de seguir a continuidade regular de entidades heterogêneas e a *descontinuidade* completa entre participantes que, no fim, permanecerá incomensurável. O fluxo social não oferece ao analista uma existência contínua e substancial, mas assume uma aparência provisória tal qual uma emissão de partículas subatômicas no breve instante em que goza de existência. Começamos com agregados que parecem vagamente familiares e terminamos com outros totalmente desconhecidos. É verdade que essa oscilação dificulta muito o rastreamento de conexões quando, *bona fide*, acrescentamos não humanos à lista de vínculos sociais.

Um pastor e seu cão nos lembram perfeitamente relações sociais; mas, quando vemos o rebanho por trás de uma cerca de arame farpado,

91 Cognição disseminada, conhecimento localizado, história de tecnologias intelectuais, estudos científicos, ciências administrativas e relato social multiplicaram, cada qual à sua maneira, o espectro de objetos empenhados em fazer interações mais duráveis e de maior alcance. Essa tendência a materializar tecnologias não materiais remonta a Jack Goody (1977), *The Domestication of the Savage Mind*; ver Geoffrey C. Bowker e Susan Leigh Star (1999), *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*; Paolo Quattrone (2004), “Accounting for God. Accounting and Accountability Practices in the Society of Jesus (Italy, 16th-17th Centuries)”; e o agora clássico de Michel Foucault (1973), *The Birth of the Clinic. An Archaeology of Medical Perception*.

perguntamo-nos onde estará o cão e o pastor – embora carneiros sejam mantidos quietos muito mais pelo efeito ameaçador das farpas do arame do que pelos latidos do cão. Sem dúvida, você se transformou num saco de batatas diante do aparelho de TV principalmente por causa do controle remoto, que lhe permite passar pachorrentamente de um canal a outro⁹² – no entanto, não há *semelhança* alguma entre as causas de sua imobilidade e a parte de sua ação assumida por um sinal infravermelho, muito embora se saiba que seu comportamento foi *permitido* pelo aparelhinho.

Entre o motorista que reduz a velocidade perto de uma escola porque percebeu o sinal “40 km” e outro que o faz porque não quer ver sua suspensão destruída por um quebra-molas, a diferença é grande ou pequena? Grande, pois a obediência do primeiro se deveu a valores morais, símbolos, sinais de trânsito e faixas amarelas, enquanto a do outro, além de tudo isso, implicou o acréscimo de um elemento concreto cuidadosamente concebido. Mas é pequena porque os dois obedeceram a alguma coisa: o primeiro, a um altruísmo raramente manifestado: se não diminuísse a velocidade, a lei moral conflagraria seu coração; o segundo, a um egoísmo muitíssimo comum: se fosse depressa demais, sua suspensão se quebraria. Diríamos então que apenas a primeira conexão é social, ética e simbólica, e que a segunda é objetiva e material? Não. Entretanto, se afirmarmos que as duas são sociais, como justificaremos a diferença entre conduta moral e molas de suspensão? Talvez não sejam de todo sociais, mas certamente estão *associadas* ou *conjugadas* pelo trabalho dos projetistas de ruas. Ninguém pode se dizer cientista social e perfilhar apenas alguns vínculos – os morais, legais e simbólicos – e se deter tão logo descubra alguma relação física com eles. Isso tornaria inviável qualquer investigação.⁹³

92 Experimente você mesmo: esqueça o aparelhinho e marque quanto tempo leva indo e vindo do sofá ao televisor.

93 Como a ANT é muitas vezes acusada de indiferença à moralidade, vale a pena lembrar que há boas razões deontológicas para ter pelo menos tanta liberdade de movimento quanto os atores estudados. O princípio é tão velho quanto a noção de

Por quanto tempo seguiremos uma conexão sem que objetos se interponham? Um minuto? Uma hora? Um microssegundo? E por quanto tempo esses objetos ficarão interpostos? Um minuto? Uma hora? Um microssegundo? Uma coisa é certa: se interrompermos nossa tarefa a cada interposição, enfocando apenas a lista das conexões já reunidas, o mundo social se tornará imediatamente opaco, mergulhado numa estranha névoa outonal que só deixará visíveis alguns detalhes minúsculos e imprevisíveis da paisagem. Mas, por outro lado, se os sociólogos tivessem de ser também engenheiros, artesãos, mecânicos, projetistas, arquitetos, administradores, organizadores etc., nunca parariam de seguir seus atores ao longo dessas muitas existências intermitentes. Assim, só levaremos em conta os não humanos na medida em que forem comensuráveis com os por laços sociais, aceitando, um instante depois, sua incomensurabilidade básica.⁹⁴ Sair por aí ostentando uma definição ANT do “social” exige nervos fortes. Não admira, pois, que os sociólogos do social recuem diante de tamanha dificuldade! Que tenham bons motivos para não acompanhar essas oscilações não significa, porém, que estejam certos. Significa apenas que a sociologia requer muito mais ferramentas.

translação. Ver Michel Callon (1981), *Struggles and Negotiations to Decide What Is Problematic and What Is Not: The Sociology of Translation*.

94 Isso, sem dúvida, diverge do programa explicitamente assimétrico de Weber (1947, p. 93): “Ser vazio de significado não é o mesmo que não ter vida e não ser humano; todo artefato, como por exemplo uma máquina, só pode ser entendido em termos do significado que sua produção e uso tiveram para a ação humana; significado que pode derivar de uma relação com propósitos muitíssimo diversos. Sem referência a esse significado, tal objeto permanece de todo ininteligível”. Segue-se uma definição de meios e fins que nada tem a ver com a noção de mediador.

LISTA DE SITUAÇÕES EM QUE A ATIVIDADE DE UM OBJETO SE TORNA FACILMENTE VISÍVEL

Ao explorar as novas associações que constituem o social, os estudiosos da ANT precisam atender a duas exigências contraditórias: de um lado, não queremos que o sociólogo se limite aos laços sociais; de outro, não pedimos ao pesquisador que se torne um tecnólogo especializado. Uma das soluções seria apegarmo-nos à nova definição de social como um fluxo visível *apenas* quando se fazem novas associações. Esse é o “domínio” legítimo da ANT, embora não constitua uma extensão específica de terra nem um terreno cercado, mas apenas um breve lampejo que pode ocorrer em qualquer parte como uma súbita mudança de fase.

Felizmente para os analistas, tais situações não são tão raras quanto se poderia supor. Para serem levados em conta, os objetos precisam ingressar nos relatos. Quando não deixam traços, não fornecem nenhuma informação ao observador e não produzem efeito visível em outros agentes. Permanecem em silêncio e deixam de ser atores: literalmente, não são mais levados em conta. Embora a situação se aplique a grupos e ações – nada de provas, nada de relatos, nada de informação –, ela é sem dúvida mais difícil para objetos, pois estes são muito bons em transmitir seus efeitos em silêncio, conforme observou Samuel Butler.⁹⁵ Uma vez construído, o muro de tijolos não pronuncia uma palavra – ainda que os pedreiros continuem tagarelando e os grafites proliferem em sua superfície. Depois de preenchidos, os questionários impressos permanecem nos arquivos sem nunca se conectarem com intenções humanas até serem revividos por um historiador. Os objetos, pela própria natureza de seus laços com os humanos, logo deixam de ser mediadores para se transformarem em intermediários, assumindo importância ou não, independen-

95 Samuel Butler (1872), *Erewhon*.

temente de quão complicados possam ser por dentro. Eis por que alguns truques precisam ser inventados para *forçá-los a falar*, ou seja, apresentar descrições de si mesmos, produzir roteiros daquilo que induzem outros – humanos ou não humanos – a fazer.⁹⁶

De novo, a situação não é diferente para grupos e ações que consideramos antes, pois também os humanos precisam ser forçados a falar; e é por isso que situações muito elaboradas e até artificiais têm de ser concebidas para revelar seus atos e desempenhos (falaremos mais a respeito na quinta incerteza). Uma diferença, porém, persiste: quando os humanos voltam a ser mediadores, já quase não se pode detê-los. Uma sequência vaga de dados tem início, ao passo que os objetos, por mais importantes, eficientes, essenciais ou necessários que sejam, tendem a recuar depressa para os bastidores, interrompendo o fluxo de dados – e, quanto mais importantes são, mais rapidamente desaparecem. Não é que deixem de agir; sucede apenas que seu modo de ação já não está mais *visivelmente conectado* aos laços sociais costumeiros, pois dependem de tipos de forças escolhidos justamente por suas diferenças em relação aos vínculos sociais normais. Atos de fala sempre parecem comparáveis, compatíveis, contíguos e contínuos com outros atos de fala; textos, com textos; interação, com interação; mas objetos parecem associar-se uns com os outros e com laços sociais só *momentaneamente*.⁹⁷ Isso é bastante normal, pois graças às suas próprias ações heterogêneas é que os laços sociais foram proporcionados com formas e figuras completamente diversas – normal, mas confuso.

96 Madeleine Akrich (1992), *The De-Description of Technical Objects*; Madeleine Akrich (1993), *A Gazogene in Costa Rica: An Experiment in Techno-Sociology*; e Madeleine Akrich e Bruno Latour (1992), *A Summary of a Convenient Vocabulary for the Semiotics of Human and Non-Human Assemblies*.

97 Ambas as impressões só são verdadeiras superficialmente. O curso de ação de um humano nunca é homogêneo e não existe nenhuma tecnologia tão bem organizada a ponto de desenvolver-se automaticamente. No entanto, permanece a diferença prática para quem conduz a investigação.

Por sorte, é possível multiplicar as ocasiões em que essa visibilidade momentânea se intensifica o bastante para gerar bons relatos. Boa parte do trabalho de campo dos estudiosos da ANT foi dedicada a suscitar essas ocasiões, de modo que posso ir mais depressa.

A primeira solução é estudar *inovações* na oficina do artesão, no departamento de projetos do engenheiro, no laboratório do cientista, no anfiteatro dos especialistas em *marketing*, na casa do consumidor e nas muitas controvérsias sociotécnicas. Nesses lugares, os objetos vivem uma vida claramente múltipla e complexa por intermédio de reuniões, projetos, esboços, regulamentos e provas. Surgem totalmente fundidos com outras ações sociais mais tradicionais. Só quando se instalam é que desaparecem de vista. Por isso o estudo de inovações e controvérsias constitui um dos primeiros locais privilegiados onde objetos podem ser mantidos por mais tempo como mediadores visíveis, disseminados e reconhecidos antes de ser tornarem intermediários invisíveis, não sociais.

Em segundo lugar, mesmo os implementos mais rotineiros, tradicionais e silenciosos deixam de ser aceitos sem discussão quando na posse de usuários que a *distância* tornou ignorantes e canhestros – distância no tempo como em arqueologia, distância no espaço como em etnologia, distância na capacidade como em pedagogia. Embora essas associações talvez não possam, por si mesmas, inovar, a mesma conjuntura de novidade é produzida, ao menos para o analista, pela irrupção no curso normal de ação de implementos estranhos, exóticos, arcaicos ou misteriosos. Nesses encontros, os objetos se transformam em mediadores, ainda que por instantes, e logo desaparecem de novo graças ao *knowhow*, ao hábito ou ao desuso. Quem quer que tenha procurado entender um manual de usuário sabe quão demorado – e penoso – é ler aquilo que ironicamente foi chamado de “desenho de montagem”.⁹⁸

98 Ver Donald A. Norman (1988), *The Psychology of Everyday Things*, Donald Norman (1993), *Things that Make Us Smart*, Madeleine Akrich e Dominique Bouillier (1991), *Le mode d'emploi: genèse et usage*, e Capítulo 6 de Garfinkel (2002), *Ethnomethodology's Program: Working Out Durkheim's Aphorism*.

O terceiro tipo de ocasião é o oferecido por acidentes, rupturas e golpes: de súbito, intermediários completamente silenciosos se tornam mediadores por inteiro; mesmo objetos, que um minuto antes pareciam autônomos, autônomos e despidos de agentes humanos, agora são constituídos por multidões de homens que se movem ruidosamente, munidos de equipamento pesado. Quem viu a nave *Columbia* transformar-se instantaneamente do mais complexo instrumento humano jamais montado numa chuva de fragmentos despencando sobre o Texas percebeu quão depressa os objetos alteram seu modo de existência. Felizmente para a ANT, a atual proliferação de objetos de “risco” multiplicou as ocasiões de ouvir, ver e sentir o que os objetos possam estar fazendo quando põem de lado outros atores.⁹⁹ Estão em curso pesquisas oficiais por toda parte a fim de nos informar no que os laços sociais se tornaram nas mãos de organizações técnicas. Aqui, de novo, não será a falta de material que interromperá os estudos.¹⁰⁰

Em quarto lugar, quando os objetos recuam em definitivo para os bastidores, sempre é possível – mas mais difícil – trazê-los de volta à luz usando-se arquivos, documentos, lembranças, coleções de museu etc., para produzir artificialmente, nos relatos dos historiadores, o estado de crise em que nasceram máquinas, recursos e implementos.¹⁰¹ Por trás de

99 A multiplicação desses objetos “de risco” é tratada em Ulrich Beck (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*. Embora ele adote uma teoria social inteiramente diversa, sua atenção às novas formas de objetividade (que chama de “modernização reflexiva”) coloca sua sociologia inovadora bem perto da ANT, sobretudo quanto aos interesses políticos, ou melhor, “cosmopolitas”.

100 Graças à proliferação dos acidentes e à ampliação dos interesses democráticos, essas fontes de dados se multiplicaram. Ver Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe (2001), *Agir dans un Monde Incertain. Essai sur la Démocratie Technique*; Richard Rogers (2005), *Information Politic on the Web*; e Vaughan, *The Challenger Launch Decision*.

101 O encontro com Thomas P. Hugues (1983), *Networks of Power. Electrification in Western Society, 1880-1930*, foi importante porque Hughes se absteve de dar uma explicação em termos de modelagem social da tecnologia e cunhou a expressão “rede inconsútil”. Ver Thomas P. Hugues (1986), *The Seamless Web: Technology, Science, Etcetera, Etcetera*.

cada lâmpada se pode entrever Edson, e por trás de cada *microchip* aparece a gigantesca e anônima Intel. Já agora, a história da tecnologia mudou para sempre as maneiras de apresentar os relatos sociais e culturais.¹⁰² Até as mais humildes e antigas ferramentas de pedra da Garganta Olduvai, na Tanzânia, transformaram-se, por obra dos paleontólogos, nos verdadeiros mediadores que provocaram a evolução do “homem moderno”.

Enfim, quando tudo o mais falhar, o recurso da ficção poderá inserir – pelo emprego da história contrafactual, experimentos mentais e “cientificação” – objetos sólidos de hoje nos estados fluidos em que suas conexões com humanos talvez façam sentido. Também aqui os sociólogos têm muito a aprender com os artistas.¹⁰³

Qualquer que seja a solução escolhida, o trabalho de campo assumido pelos especialistas da ANT mostrou que os objetos deixam de ser estudados, não por falta de dados, e sim por falta de vontade. Vencido o obstáculo conceitual do vaivém entre comensurabilidade e incomensurabilidade, todos os problemas restantes passam a ser assunto de pesquisa empírica: não são mais uma questão de princípio. Ficaram para trás as fronteiras intransponíveis assinaladas pelas Colunas de Hércules que impediam as ciências sociais de ir além dos estreitos confins dos vínculos sociais. Assim, hoje é possível para os cientistas sociais lidar com aquilo que os paleontólogos chamam de “humanos anatomicamente modernos”, que há dezenas de milhares de anos se estabeleceram muito além dos limites a eles prescritos pela ciência *social*.

102 Aqui, não há diferença entre história da tecnologia e ANT, exceto quando a teoria social se torna explícita – mas, muitas vezes, essa formação sociológica tem tão pouca relação com os casos disponíveis que não se nota nenhuma diferença.

103 Vai de Francis Ponge (1972), *The Voice of Things*, aos experimentos mentais ensinados pela ficção científica ou pela obra decisiva de Richard Power como romancista dos estudos científicos (em, por exemplo, *Galatea 2.2*, 1995).

QUEM SE ESQUECEU DAS RELAÇÕES DE PODER?

Podemos agora, finalmente, examinar até que ponto a ANT abalou a sociologia do social em suas pretensões de explicar as assimetrias a fim de permanecer fiel à intuição básica de sua ciência – sem o conseguir. A palavra “social” significa tanto interações locais diretas, transitórias demais para explicar assimetrias, quanto um apelo mágico a forças tautológicas cujo preço exato em termos de carga material eles nunca se dispuseram a pagar.

As explicações sociais correm o risco de esconder o que deveriam mostrar, pois muitas vezes ficam “sem objeto”.¹⁰⁴ Em seus estudos, os sociólogos geralmente encaram o mundo social como destituído de objetos, embora, em sua rotina diária, se sintam tanto quanto todos nós perplexos ante o constante companheirismo, a contínua intimidade, a persistente contiguidade, os casos passionais e as sólidas ligações de primatas com objetos durante o último milhão de anos. Quando definimos o controle de qualidade dos relatos da ANT, temos de ser bastante escrupulosos e constatar se realmente o poder e a dominação são explicados pela multiplicidade de objetos aos quais se atribui um papel capital e que são transportados por veículos empiricamente visíveis. Não será suficiente para nós considerar o poder e a dominação, *por si mesmos*, como o cofre misterioso onde está encerrado aquilo que movimenta os muitos participantes na ação.

Acompanhar os vínculos sociais, mesmo quando abrem caminho em meio a objetos não sociais, pode ser difícil por um motivo que nada tem a ver com a teoria. Aos olhos dos cientistas sociais, há motivos sérios por trás da necessidade de patrulhar incessantemente a fronteira que se-

104 Embora os objetos pululem nas obras de Simmel, Elias e Marx, sua presença não basta para preencher o social. Seu modo de acesso é que faz toda a diferença. Daí a necessidade de acrescentar a quarta incerteza (ver o capítulo seguinte). Para uma coletânea utilíssima de casos sobre o efeito dos estudos tecnológicos sobre o materialismo, ver Donald MacKenzie e Judy Wajcman (1999), *The Social Shaping of Technology*.

para o domínio “simbólico” do “natural”, ou seja, um bom – quer dizer, mau – argumento polêmico. Para obter seu lugarzinho ao sol, eles abandonaram, já no início do século XIX, coisas e objetos a cientistas e engenheiros. A única maneira de pleitear um pouco de autonomia foi abrir mão de vastos territórios e agarrar-se ao lote cada vez menor a eles concedido: “significado”, “símbolo”, “intenção”, “linguagem”. Quando uma bicicleta bate numa pedra, isso não é um fato social; mas quando um ciclista ultrapassa um sinal de “pare”, é. Quando se instala uma nova mesa telefônica, isso não é um fato social; mas quando se discutem as cores de um aparelho telefônico, torna-se social porque existe, como dizem os projetistas, “uma dimensão humana” na escolha do dispositivo. Quando um martelo golpeia um prego, isso não é um fato social; mas quando se cruza a imagem de um martelo com a de uma foice, ambas entram na esfera social porque agora pertencem à “ordem simbólica”. Cada objeto foi assim dividido em dois, com os cientistas e engenheiros ficando com a porção maior – eficácia, causalidade, conexões materiais – e deixando as migalhas para os especialistas do “social” ou da dimensão “humana”. Desse modo, qualquer alusão dos estudiosos da ANT ao “poder dos objetos” sobre as relações sociais era um lembrete penoso, para os sociólogos do social, da intervenção dos outros departamentos “mais científicos” em sua independência – sem falar em seus lucros – e nos territórios por onde já não podiam transitar livremente.

Contudo, polêmicas interdisciplinares não geram bons conceitos, apenas barricadas erguidas com o entulho disponível. Quando uma situação se fragmenta num componente material a que se junta, como apêndice, um componente social, uma coisa é certa: trata-se de uma divisão artificial imposta por disputas disciplinares e não por uma exigência empírica. Significa simplesmente que a maioria dos dados se perdeu, que o curso coletivo da ação não foi seguido de perto. Ser ao mesmo tempo “material e social” não é uma forma de existência para os objetos: é apenas uma forma de acabarem artificialmente isolados e terem sua própria ação específica transformada em algo misterioso.

Cabe dizer que os cientistas sociais não foram os únicos a adotar polemicamente uma só metafísica entre as muitas disponíveis. Seus “caros colegas” de outros departamentos científicos prestigiosos também insistiam em afirmar que os objetos materiais dispõem de apenas “uma maneira” de agir, “forçando causalmente” outros objetos materiais a se moverem. Como veremos no próximo capítulo, só atribuíam ao social o papel de um intermediário fidedigno encarregado de “transportar” o peso causal da matéria. Quando a esfera social assume esse papel deplorável, é grande a tentação de reagir além das medidas e fazer da matéria um mero intermediário que apenas “transporta” ou “reflete” a ação da sociedade. Como sempre, em se tratando de polêmicas interdisciplinares, estupidez gera estupidez. A fim de evitar a ameaça do “determinismo técnico”, tenta-se a defender com todas as forças o “determinismo social”, que por seu turno chega a tais extremos (a máquina a vapor passa a ser, por exemplo, “simple reflexo” do “capitalismo inglês”) que mesmo o engenheiro de mente mais aberta se faz de determinista técnico e esmurra a mesa com exclamações viris sobre o “peso das coações materiais”. Gestos como esses só conseguem levar até o sociólogo mais contido a insistir com redobrado ardor na importância de uma “dimensão discursiva”.¹⁰⁵

O que compromete tais disputas é o fato da escolha entre essas posições não ser nada realista. Seria inacreditável que milhões de participantes de nossos cursos de ação tivessem acesso aos laços sociais por intermédio de apenas três modos de existência: como “infraestrutura material”, capaz de “determinar” relações sociais à maneira dos tipos marxistas de materialismo; como “espelho” pronto a simplesmente “refletir” distinções, como

105 Ver exemplos desse cabo de guerra e dos meios de apaziguá-lo em Philippe Descola e Gisli Palsson (1996), *Nature and Society: Anthropological Perspectives*. Ver também Tim Ingold (2000), *Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, e as antigas discussões sobre os volumes de Bijker em Wiebe Bijker e John Law (1992), *Shaping Technology-Building Society: Studies in Sociotechnical Change*; Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hugues e Trevor Pinch (1987), *The Social Construction of Technological Systems. New Directions in the Sociology and History of Technology*; e Wiebe Bijker (1995), *Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs. Towards a Theory of Sociotechnical Change*.

sucedem nas sociologias críticas de Pierre Bourdieu; ou como pano de fundo para o palco onde atores sociais humanos desempenham os papéis principais, como nos relatos interacionistas de Erving Goffman. Nenhum desses acessos de objetos ao coletivo são absurdos, naturalmente, mas constituem apenas meios primitivos de aglutinar os laços que formam a coletividade. Nenhum basta para descrever os incontáveis entrelaçamentos de humanos e não humanos.

Falar em “cultura material” não ajudaria muito nesse caso, pois os objetos estariam simplesmente unidos *um ao outro* para formar uma camada homogênea, configuração ainda menos provável que a de humanos ligados entre si unicamente por vínculos sociais. Como quer que seja, objetos nunca se unem para formar outra entidade e, mesmo se o fizessem, não seriam nem fortes nem fracos – apenas “refletiriam” valores sociais ou lá ficariam como mera decoração. Suas ações são sem dúvida bem mais variadas, sua influência mais difusa, seu efeito mais ambíguo, sua presença mais generalizada que esses modestos repertórios. A melhor prova de sua multiplicidade é fornecida pelo exame metódico daquilo que os objetos realmente fazem nos textos dos escritores acima citados: os textos lhes concedem muito *mais* meios de agir que os a eles consignados pela filosofia da matéria de seus próprios autores. Mesmo como entidades textuais, os objetos superam seus fabricantes em número, e os intermediários se tornam mediadores.¹⁰⁶ Mas, para aprender a lição, o campo de pesquisa deve se escancarar logo de início; e isso não acontece quando a diferença entre ação humana e causalidade material é mantida com o mesmo rigor com que Descartes distinguia a mente da matéria (*res extensa* de *res cogitans*) em abono de uma virtude científica, moral e teológica (e até *ele* deixou aberto o fino conduto da glândula pineal, que os sociólogos do social também descartaram).

106 Um caso importante é o fetichismo em *O Capital*, onde o fetiche textual faz mais no texto de Marx do que aquilo que o próprio Marx lhe atribui. Ver William Pietz (1985), *The Problem of the Fetish, I*, e William Pietz (1993), *Fetishism and Materialism: The Limits of Theory in Marx*.

Há, porém, um motivo ainda mais importante para rejeitarmos de vez o papel atribuído aos objetos na sociologia do social: ele esvazia o apelo às relações de poder e às desigualdades sociais com algum significado real. Pondo de lado os meios práticos – isto é, os mediadores graças aos quais inércia, durabilidade, assimetria, extensão e domínio são produzidos – e fundindo esses diferentes meios com o poder nulo da inércia social, os sociólogos, quando não se mostram cuidadosos no trato das explicações sociais, camuflam as verdadeiras causas das desigualdades sociais. Confundir causa e efeito faz muita diferença aqui, quando urge oferecer uma *explicação* para o vertiginoso efeito do domínio. Sem dúvida, apelar para “dominação social” pode ser útil como recurso provisório. Mas, então, parece bem mais tentador *usar* o poder do que *explicá-lo*, e este é justamente o problema dos “explicadores do social”: ao buscar *explicações poderosas*, o que revelam não é *sua* própria ânsia de poder? Se, como reza o ditado, o poder absoluto corrompe absolutamente, o uso gratuito do conceito de poder por tantos críticos teóricos os corrompeu de todo – ou, pelo menos, tornou sua disciplina inútil e sua política impotente. Como a “virtude *dormitiva* do ópio”, ridicularizada por Molière, o “poder” não só põe os analistas a dormir, o que nem importa tanto assim, como também tenta anestesiar os atores – e isto é um crime político. Temos aí uma ciência racionalista, modernista e positivista que traz no seio o mais arcaico e mágico dos fantasmas: uma sociedade autogerada e autoexplicativa. A sociologia, especialmente a crítica, substituiu o *dédalo* de meios *estudados* e *modificáveis* de conquista de poderes por um invisível, imóvel e homogêneo mundo de poder pelo poder.¹⁰⁷ Em sociologia, as explicações poderosas têm de ser contrabalançadas e confrontadas.

Assim, a acusação de ignorar “relações de poder” e “desigualdades sociais” deve ser depositada às claras na soleira dos sociólogos do social.

107 Que essa lição é fácil de esquecer, mostra-o de maneira dramática o destino transatlântico de Michel Foucault. Ninguém foi mais exato na decomposição analítica dos minúsculos ingredientes que formam o poder e ninguém criticou tanto as explicações sociais. Mas, ao ser traduzido, transformou-se imediatamente naquele que “desmascarou” as relações de poder *por trás* de cada atividade inócua: loucura, história natural, sexo, administração etc. Isso mostra de novo com que energia a noção de explicação social deve ser combatida: nem o gênio de Foucault conseguiu evitar essa inversão extrema.

Caso os sociólogos de associações queiram herdar essa antiga, venerável e plenamente justificada intuição da ciência social – o poder é desigualmente distribuído –, precisarão também explicar por que a dominação se tornou tão eficaz e quais os meios improváveis que ela usou. É a única maneira razoável de sujeitá-la a modificações. Mas, para tanto, uma quarta incerteza precisa ser aceita, uma quarta caixinha de surpresas precisa ser aberta – e esta é uma caixa de Pandora.